

**Decisões e Resoluções aprovadas
durante a 139ª Sessão do Conselho
Internacional do Café**

27 de março de 2025

Abertura da 139.ª sessão do Conselho.....	2
Item 1: Ordem do dia provisória	2
Item 2: Admissão de observadores	2
Item 3: Votos.....	3
Item 4: Acordo Internacional do Café de 2022 (AIC 2022).....	3
Item 5: Prorrogação do Acordo Internacional do Café de 2007 (AIC 2007)	5
Item 6: Questões financeiras e administrativas.....	6
Item 7: Relatório sobre o trabalho da OIC e a situação do mercado	15
Item 8: Parcerias.....	22
Item 9: Relatório das reuniões dos comitês e outros órgãos	23
Item 10: Titulares de cargos e Comitês	25
Item 11: Credenciais.....	26
Item 12: Reuniões futuras.....	27
Item 13: Outros assuntos.....	28
Cerimônia de encerramento	28

Abertura da 139.ª sessão do Conselho

1. O Sr. Tom Fabozzi, da UE-Irlanda, presidiu a 139ª Sessão do Conselho Internacional do Café, realizada online em 27 de março de 2025.
2. O Presidente do Conselho abriu a reunião dando as boas-vindas e agradecendo a todos os Membros e observadores por sua presença. Em seu discurso, ele enfatizou a importância do diálogo para garantir resultados duradouros para o setor cafeeiro global e incentivou os Membros a se envolverem e participarem ativamente das atividades da Organização.
3. Após o discurso de abertura do Presidente, a Diretora Executiva da Organização Internacional do Café (OIC), Dra. Vanúsia Nogueira, proferiu seu discurso de abertura.
4. O Chefe de Operações informou ao Conselho que, em conformidade com o parágrafo 4 do Artigo 11 do Acordo de 2007, o quórum para a realização da 139ª Sessão do Conselho Internacional do Café havia sido alcançado.

Item 1: Ordem do dia provisória

- | |
|---|
| 5. O Conselho aprovou a ordem do dia provisória contida no documento ICC-139-0 Rev. 3 . |
|---|

Item 2: Admissão de observadores

6. O Presidente do Conselho apresentou o documento [ICC-139-2](#), contendo a lista de observadores convidados para a 139ª Sessão do Conselho. Ele confirmou que representantes de Moçambique, do Fundo Comum para os Produtos Básicos (FCPB), da Organização Interafricana do Café (OIAF), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), da All Japan Coffee Association (AJCA) e da Plataforma Global do Café (GCP) estavam presentes na Sessão. Por fim, observou que as discussões sobre questões financeiras e administrativas seriam restritas apenas aos Membros.

- | |
|---|
| 7. O Conselho aprovou o documento ICC-139-2 sobre a admissão de observadores. |
|---|

Item 3: Votos**Item 3.1: Redistribuição de votos para a 139ª Sessão do Conselho para o ano cafeeiro de 2024/25**

8. O Chefe de Operações apresentou um relatório sobre o documento [ICC-139-1 Rev. 1](#) e as tabelas 1-4 nele contidas, mostrando a redistribuição de votos no Conselho para o ano cafeeiro de 2024/25 em 26 de março de 2025, que havia sido calculada com base na distribuição inicial de votos de acordo com o documento [ICC-138-2 Rev. 2](#) e de acordo com os Artigos 12 e 21 do Acordo Internacional do Café (AIC) de 2007. Ele também apresentou o Anexo I, contendo a situação dos pagamentos pendentes dos Membros em atraso em 26 de março de 2025.

9. O Conselho aprovou o documento [ICC-139-1 Rev. 1](#) sobre a redistribuição de votos para a 139ª Sessão do Conselho para o ano cafeeiro de 2024/25.

Item 4: Acordo Internacional do Café de 2022 (AIC 2022)**Item 4.1: Membros do AIC 2022**

10. O Presidente do Conselho enfatizou a importância de as delegações trabalharem em estreita colaboração com suas capitais para garantir que o avanço nos procedimentos para se tornar Membros fosse o mais tranquilo possível, especialmente considerando a morosidade dos procedimentos em cada país.

11. A Diretora Executiva informou sobre o status de adesão ao AIC 2022, observando que a Secretaria vinha fornecendo orientações a várias delegações sobre as formalidades a serem seguidas desde setembro de 2024. Em seguida, informou aos Membros que a Costa do Marfim havia assinado o AIC 2022 em novembro de 2024, enquanto El Salvador e Togo haviam concluído suas formalidades para se tornarem membros do AIC 2022 por meio do depósito de instrumentos de ratificação e aceitação, respectivamente, em março de 2025. A lista de Membros que já haviam assinado o Acordo de 2022, bem como aqueles que já haviam concluído as formalidades para participação, foi compartilhada na tela. Por fim, informou aos Membros que as delegações de Honduras e Vietnã já haviam entrado em contato com a Secretaria para agendamentos para assinar o AIC 2022 nos dias após o Conselho.

12. A representante de Moçambique informou ao Conselho que seu governo já havia ratificado o AIC 2022 e que o instrumento de ratificação seria depositado na sede da OIC no futuro próximo.

13. O delegado da Costa do Marfim observou que, após a assinatura, o processo de ratificação do AIC 2022 havia sido iniciado na Assembleia Nacional e no Senado da Costa do Marfim.

14. O delegado de Angola informou ao Conselho que a ratificação do AIC 2022 havia sido aprovada pela Assembleia Nacional do país e que a delegação angolana estava trabalhando para a conclusão das formalidades se tornan Membro do AIC 2022.

15. O Conselho tomou nota do relatório sobre os Membros do AIC 2022 apresentado pela Diretora Executiva.
--

Item 4.2: Prorrogação dos prazos para a assinatura e ratificação, aceitação ou aprovação do Acordo Internacional do Café de 2022 (AIC 2022)

16. O Presidente do Conselho apresentou o documento [WP-Council 351/25](#), contendo um projeto de resolução para prorrogar os prazos para assinatura e ratificação, aceitação ou aprovação do AIC 2022. Ele observou que, como mencionado em informações compartilhadas com os Membros em 6 de março, a União Europeia havia sugerido uma prorrogação de dois anos dos prazos atuais, até 30 de abril de 2027 para a assinatura e até 31 de julho de 2027 para o depósito de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação.

17. O delegado da Indonésia apoiou a prorrogação dos prazos proposta, observando que era necessário tempo adicional para a conclusão das etapas legais e processuais necessárias a nível nacional. Ele enfatizou que a referida prorrogação daria a outros Países-Membros que também enfrentavam desafios em seus processos nacionais tempo suficiente para finalizá-los.

18. O delegado da União Europeia confirmou que sua delegação havia iniciado os procedimentos internos necessários, mas que era necessário mais tempo para concluir as formalidades para participação no AIC 2022.

19. A delegada de Papua Nova Guiné informou aos Membros que o país ainda estava passando pelo processo de ratificação do AIC 2022 e endossou a prorrogação proposta pela União Europeia.

20. Embora elogiando os esforços de todos os Membros que haviam avançado com seus procedimentos para se tornarem Membros do AIC 2022, a delegada da Suíça transmitiu o desapontamento de seu governo em relação à necessidade de prorrogar os prazos para a conclusão das formalidades para participação no AIC 2022 mais uma vez. Ela incentivou todos os Membros a agilizar as etapas necessárias para que o AIC 2022 entrasse em vigor o mais rápido possível, enfatizando que, para os países que já haviam finalizado seus procedimentos, atrasos adicionais poderiam resultar na necessidade de justificativas internas.

21. O delegado do Japão endossou a prorrogação proposta, ecoando a intervenção da Suíça e reiterando a necessidade dos Membros concluírem suas formalidades para participação no AIC 2022 o mais rápido possível.

22. O Conselho aprovou o projeto de resolução posteriormente publicado como [Resolução 485 do CIC](#).

Item 5: Prorrogação do Acordo Internacional do Café de 2007 (AIC 2007)

23. O Presidente do Conselho apresentou o documento [WP-Council 352/25](#), contendo um projeto de resolução para prorrogar o prazo do AIC 2007. Depois de observar que as operações da Organização tinham que continuar sob o AIC 2007 até que o AIC 2022 entrasse em vigor, ele informou aos Membros que a União Europeia havia proposto uma prorrogação de dois anos, até 1º de fevereiro de 2028. Ele então lembrou aos Membros que, conforme previsto no Artigo 48 do AIC 2007, o Acordo de 2007 não poderia ser prorrogado além de 1º de fevereiro de 2029.

24. O delegado da Indonésia endossou a prorrogação proposta do AIC 2007, enfatizando a importância de garantir a continuidade e manter uma estrutura internacional estável e funcional para lidar com os desafios comuns enfrentados pelo

setor cafeeiro até a entrada em vigor do AIC 2022. Ele reafirmou o compromisso da Indonésia de trabalhar construtivamente para a implementação rápida do AIC 2022 e incentivou a Secretaria a continuar apoiando os Membros em suas formalidades para participação no AIC 2022.

25. O Conselho aprovou o projeto de resolução posteriormente publicado como [Resolução 486 do CIC](#).

Item 6: Questões financeiras e administrativas

Item 6.1: Comitê de Finanças e Administração

26. O Presidente do Comitê de Finanças e Administração (CFA), Embaixador Aly Touré, da Costa do Marfim, apresentou um relatório sobre a 62ª reunião do Comitê, realizada em 3 de março de 2025, e observou que alguns documentos, a saber, FA-387/25, FA-389/25 e FA-382/25, tinham sido revisados a pedido de alguns Membros e circulados em 26 de março de 2025.¹

27. O Presidente do CFA informou aos Membros que, durante a reunião, o Chefe de Finanças e Administração havia apresentado a situação financeira e um gráfico atualizado com os saldos de caixa reais no final de janeiro de 2025, que levaram em consideração todas as despesas orçadas para cada mês até setembro de 2025. Embora o saldo de caixa tivesse sido considerado suficiente para financiar as operações da Organização até o final do ano cafeeiro em curso, os Membros foram assim mesmo incentivados a pagar suas contribuições prontamente. Ao abordar a questão das contribuições excedentes da Federação Russa para o ano cafeeiro de 2023/24, a Secretaria observou que a regra relevante relativa ao Fundo de Reserva precisaria ser alterada se os fundos fossem usados para projetos e programas. Por fim, o Comitê observou que o projeto de Orçamento Administrativo seria submetido aos Membros até o final de maio de 2025 e apresentado na reunião seguinte do CFA em junho de 2025.

28. O delegado do Brasil considerou que os esforços da Organização para priorizar uma de suas principais atividades, a saber, a prestação de serviços estatísticos rápidos, eficientes e abrangentes, ainda eram ineficazes. Ele observou que a delegação brasileira havia enfatizado repetidamente que os serviços em questão estavam entre os mais importantes prestados pela Organização aos Membros exportadores e importadores. Ele

¹ Circulados como [FA-387/25 Rev. 1](#), [FA-389/25 Rev. 1](#) e [FA-382/25 Rev. 1](#).

também destacou a importância de obter informações estatísticas oportunas que refletissem o mercado global de café, ao mesmo tempo em que enfatizou que os países se baseavam nesses dados estatísticos como uma ferramenta para tomar decisões de negócios e aproveitar ao máximo as oportunidades comerciais. O delegado do Brasil lamentou a dotação orçamentária insuficiente para atividades relacionadas a estatísticas e instou a Secretaria a atribuir mais recursos para ações concretas nessa área.

29. A delegada do México informou aos Membros que todos os esforços estavam sendo feitos para garantir o pagamento imediato das contribuições pendentes do México até o final do ano cafeeiro.

30. O Conselho tomou nota do relatório do Presidente do CFA.

Item 6.2: Relatório sobre a coleta de contribuições de Membros em atraso

31. O Presidente do CFA observou que o Chefe de Finanças e Administração havia apresentado um relatório sobre a coleta de contribuições em atraso dos Membros (documento [FA-386/25](#)), que mostrou que cerca de 74% das contribuições totais para o ano cafeeiro de 2024/25 tinham sido recebidas em 28 de fevereiro de 2025. O Presidente do CFA observou que, desde então, esse percentual havia aumentado para 78% devido aos pagamentos de Camarões, Honduras, Peru e Vietnã. Ele também informou ao Conselho que a Secretaria continuava a estabelecer contato regularmente com todos os Membros com contribuições pendentes de anos anteriores para incentivá-los a liquidar seus atrasos.

32. O Conselho tomou nota do relatório sobre a coleta de contribuições de Membros em atraso pelo Presidente do CFA.

Item 6.3: Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício financeiro de 2023/24 e Relatório de Auditoria

33. O Presidente do CFA apresentou o documento [FA-382/25 Rev. 1](#), contendo as Contas Administrativas da Organização relativas ao exercício de 2023/24 e o relatório de auditoria, observando que sua aprovação havia sido recomendada.

34. Embora enfatizando que sua intervenção era um comentário geral sobre os procedimentos de transparência da Organização, o delegado do Brasil observou que

os Membros tiveram que esperar até que os relatórios dos auditores fossem circulados para receber informações sobre o financiamento da Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC) e as atividades da Organização. Lamentou que, apesar de uma solicitação anterior da delegação brasileira durante uma reunião da FTPPC, a Secretaria não tivesse fornecido as informações solicitadas. Ainda, ele ressaltou que a questão da transparência havia sido repetidamente levantada e enfatizou a necessidade de que as informações administrativas fossem prontamente compartilhadas com os Membros.

35. O Conselho aprovou as Contas Administrativas da Organização para o exercício de 2023/24 e o Relatório de Auditoria contidos no documento [FA-382/25 Rev. 1](#).

Item 6.4: Contas do Fundo Especial relativas ao exercício financeiro de 2023/24 e Relatório de Auditoria

36. O Presidente do CFA observou que a alocação dos fundos restantes para a região Ásia-Pacífico seria deixada aos Membros exportadores, que foram encorajados a propor uma solução que permitisse ao Conselho tomar uma decisão, conforme observado pelo Comitê. Em seguida, informou aos Membros que o documento [FA-383/25](#) contendo as Contas do Fundo Especial relativas ao exercício de 2023/24 e o relatório de auditoria haviam sido recomendados para aprovação.

37. O Conselho aprovou as Contas do Fundo Especial relativas ao exercício de 2023/24 e o Relatório de Auditoria contidos no documento [FA-383/25](#).

Item 6.5: Contas do Fundo Fiduciário para Projetos de Sustentabilidade do Café relativas ao exercício financeiro de 2023/24 e Relatório de Auditoria

38. O Presidente do CFA apresentou o documento [FA-384/25](#), contendo as Contas do Fundo Fiduciário relativas ao exercício de 2023/24 e o relatório de auditoria, observando que sua aprovação havia sido recomendada.

39. O Conselho aprovou as Contas do Fundo Fiduciário relativas ao exercício de 2023/24 e o Relatório de Auditoria contidos no documento [FA-384/25](#).

Item 6.6: Fundo de Promoção

40. O Presidente do Conselho observou que as contas do Fundo de Promoção não eram auditadas de acordo com a decisão tomada pelo Conselho em setembro de 2010.

41. O Presidente do CFA acrescentou que nenhuma atividade fora realizada com o Fundo de Promoção no ano cafeeiro de 2023/24 e que o saldo permanecia o mesmo.

42. O Conselho tomou nota das contas do Fundo de Promoção.
--

Item 6.7: Escala de vencimentos e base para as contribuições do Fundo de Previdência

43. O Presidente do CFA informou aos Membros que o Comitê havia recomendado a escala de vencimentos e a base para as contribuições do Fundo de Previdência, contidas no documento [FA-385/25 Rev. 1](#), para a aprovação do Conselho.

44. O delegado do Brasil solicitou que o Quadro do Pessoal, que constava em outros documentos relacionados a avaliações salariais, também fosse incluída no documento em questão. A tabela era considerada essencial para que os Membros entendessem as alocações de salários para cada função e cargo e analisassem melhor os recursos dedicados para cada atividade da Organização. Ele também apontou que a delegação brasileira havia informado anteriormente ao Presidente do Conselho e à Secretaria que, se os Membros estavam sendo solicitados a revisar a escala de vencimentos e a base para contribuições, era igualmente importante compartilhar os resultados finais e o impacto dos aumentos propostos em cada cargo dentro da Secretaria. Reiterando um ponto apresentado durante a 138ª Sessão do Conselho em setembro de 2024, o delegado do Brasil enfatizou que a inclusão da tabela em questão em todos os documentos relacionados ao pagamento de salários garantiria maior transparência e clareza para os Países-Membros.

45. O Presidente do Conselho informou aos Membros que o pedido do Brasil seria implementado.

46. O Conselho aprovou a escala de vencimentos e a base para contribuições ao Fundo de Previdência contidas no documento [FA-385/25 Rev. 1](#).

Item 6.8: Instalações

47. O Presidente do Conselho observou que a questão das instalações havia sido amplamente discutida na 62ª reunião do CFA e contextualizou o assunto para os novos delegados participantes da Sessão do Conselho. Ele lembrou que o assunto havia sido levantado pela primeira vez pela Secretaria na 58ª reunião do CFA, realizada em junho de 2023. Naquela época, a Secretaria havia sido informada pelo agente imobiliário que gerenciava o prédio que hospedava a sede da OIC que grandes obras de renovação começariam no final do contrato de aluguel, com vencimento em junho de 2025, confirmando a necessidade de a OIC deixar seus escritórios em 222 Gray's Inn Road. O assunto tornou-se, portanto, urgente, pois um prazo claro para a Organização sair das instalações atuais havia sido estabelecido pelo proprietário. No entanto, o Presidente do Conselho observou que, após a prorrogação bem-sucedida do atual contrato de aluguel até junho de 2029, com uma cláusula de interrupção de dois anos, não havia mais necessidade urgente de a Organização ser realocada.

48. O Presidente do CFA observou que, durante a 62ª reunião do Comitê, a Diretora Executiva havia compartilhado atualizações sobre as instalações atuais e apresentado o documento [ED-2478/25](#), contendo uma comunicação da Suíça sobre o estabelecimento de um cronograma para o diálogo sobre a futura localização da sede da OIC, bem como o documento [ED-2482/25](#), contendo uma comunicação da Índia que expressava apoio à proposta da Suíça. Após extensas discussões e uma proposta da Diretora Executiva, o Comitê tinha chegado a um consenso para enviar o cronograma proposto pela Suíça para a consideração e possível aprovação do Conselho e concordado que a Secretaria prepararia um documento contendo detalhes dos requisitos para a nova sede até o final de abril de 2025, a ser discutido na próxima reunião do CFA em junho de 2025.

49. O Presidente do Conselho leu um comentário no chat da delegação salvadorenha. O delegado de El Salvador enfatizou a necessidade dos Membros avaliarem o objetivo que a realocação da sede da OIC deveria alcançar. Se o objetivo era reduzir os custos, era importante avaliar se a realocação para a Suíça realmente conseguiria isso, levando em

conta todas as despesas de realocação. Alternativamente, se o objetivo era encontrar um espaço mais adequado, Londres deveria sempre ser considerada como uma opção.

50. A delegada da Suíça enfatizou a importância estratégica do assunto em questão e a consequente necessidade de dedicar a devida atenção ao tema, observando que qualquer decisão teria implicações de longo prazo para a Organização. Ela explicou o contexto da proposta apresentada pela Suíça, enfatizando que um cronograma permitiria que os Membros procedessem de maneira ordenada e garantiria previsibilidade e transparência ao processo, ao mesmo tempo em que impediria que recursos fossem retirados dos Membros e das principais tarefas da Organização. Embora o assunto não fosse tão urgente quanto antes da prorrogação do contrato de aluguel, a necessidade de procurar novas instalações para se mudar em um estágio posterior permanecia. Isso em virtude do fato de que os processos de realocação poderiam ser demorados, com base na experiência da Suíça em hospedar organizações internacionais.

51. Reiterando a mensagem transmitida na 138ª Sessão do Conselho, o delegado da Colômbia enfatizou que era necessário que os processos em questão fossem bem documentados e atendessem aos requisitos de transparência. Ele também observou a necessidade de se concentrar no objetivo final de reduzir os custos da Organização. Apesar da prorrogação do contrato de aluguel, ele salientou que a Organização precisava estar preparada para tomar uma decisão correta e transparente no futuro, sempre com a intenção de poupar recursos.

52. O delegado da Índia observou que a maioria dos recursos da Organização era alocada para custos administrativos e de infraestrutura e que os reduzir ajudaria a Organização a se tornar mais eficiente. Ele enfatizou que todo Membro deveria ter a mesma oportunidade de apresentar sua proposta para sediar a sede da OIC e que procedimentos transparentes para o processo em questão deveriam ser estabelecidos. Ele também observou que era importante primeiro delinear os requisitos mínimos esperados para sediar a sede da Organização, a fim de analisar as propostas recebidas dos Membros (que poderiam atender aos requisitos ou mesmo excedê-los), bem como um cronograma a ser seguido.

53. O Presidente do Conselho leu um comentário no chat da delegação costarriquenha. O delegado da Costa Rica afirmou que deveria ser dada prioridade a um devido processo para garantir uma ou mais opções econômicas em um curto período, enfatizando que os Membros não deveriam esperar que a Organização estivesse em uma posição desconfortável novamente.

54. O delegado da União Europeia parabenizou o embaixador Aly Touré por sua presidência do CFA. Ele então observou que, embora a União Europeia entendesse as preocupações da Suíça e a lógica por trás da proposta suíça, não poderia aprovar o cronograma sugerido, pois seus prazos eram considerados muito apertados para que os Membros preparassem propostas completas.

55. O delegado de Honduras ecoou as observações da União Europeia e elogiou o embaixador Touré por sua presidência eficaz. Ele então afirmou que, em sua opinião, o assunto das instalações estava fora de propósito, porque o Conselho nunca havia decidido mudar a sede da Organização e porque os governos da OIC também não haviam sido consultados sobre esse assunto. Embora o assunto tivesse surgido devido às questões relativas ao aluguel e embora algumas opções no Reino Unido tivessem sido exploradas, nenhum mandato do Conselho para considerar uma realocação tinha sido dado. Apesar de reconhecer as boas intenções dos países que manifestaram interesse em receber a Organização e suas ofertas, ele enfatizou que não havia base legal para buscar novas instalações e, como resultado, a discussão sobre o assunto deveria ser arquivada.

56. O Presidente do Conselho esclareceu que a questão de sair ou não de Londres não estava sendo considerada e o único assunto submetido à consideração do Conselho era o cronograma proposto pela Suíça para países, incluindo o Reino Unido, que desejassem enviar sua manifestação de interesse para sediar a Organização. Ele concordou com Honduras sobre o fato de que uma decisão e um mandato específico do Conselho seriam necessários caso a Organização desejasse prosseguir com a realocação no futuro.

57. O Presidente do Conselho leu um comentário no chat da delegação britânica. A delegada do Reino Unido reiterou o compromisso do país de sediar a OIC e expressou a disposição de seu governo de apresentar propostas para apoiar sua posição, ao mesmo tempo em que acolheu os prazos claros para a apresentação de tais propostas. Ela também perguntou se evidências claras sugerindo que Londres era mais cara do que outras nações haviam sido fornecidas.

58. Embora reconhecendo a falta de uma decisão do Conselho sobre o assunto, conforme declarado pelo delegado de Honduras, o delegado do Brasil reiterou seu endosso à proposta suíça, pois, em seu entendimento, a Suíça estava pedindo à Secretaria da OIC que compartilhasse os requisitos de infraestrutura para possíveis novas instalações e propondo um cronograma apenas no caso de uma decisão de mudança. Ele então enfatizou que uma necessidade inesperada de lidar com a possível mudança da

Organização sem a circulação prévia de informações pela Secretaria da OIC, como o que havia acontecido anteriormente em setembro de 2023, deveria ser evitada. Ele também observou que a delegação brasileira havia solicitado detalhes sobre os termos atuais do aluguel, incluindo janelas e requisitos para a renovação e rescisão do contrato e suas implicações financeiras, pois as informações não haviam sido fornecidas aos Membros. O delegado do Brasil considerou que a proposta da Suíça não representava o início de um processo de realocação, mas sim uma proposta que acrescentaria transparência ao processo em questão e forneceria aos Membros as ferramentas necessárias para tomar uma decisão informada no futuro, inclusive de permanecer em Londres. Por fim, incentivou a Secretaria a compartilhar informações rápidas e detalhadas com os Membros, mantendo as delegações adequadamente informadas.

59. Em resposta a um pedido de esclarecimento adicional de Honduras, a Diretora Executiva esclareceu que o governo suíço havia enviado apenas uma carta e um anexo contendo um cronograma, ambos distribuídos aos Membros, e que não existia nenhuma resolução sobre o assunto. Ela observou que, durante a 62ª reunião do CFA, os Membros do Comitê haviam chegado a um consenso para enviar o cronograma proposto para a consideração do Conselho e que, se fosse tomada uma decisão de seguir pelo menos o segundo item da primeira parte do cronograma,² o assunto seria discutido novamente na próxima reunião do CFA. Ela também enfatizou que o Presidente do CFA havia compartilhado o mesmo entendimento que Honduras tinha em relação à necessidade de uma decisão do Conselho e um mandato específico para examinar uma possível realocação. Ela reiterou que a sugestão da Secretaria da OIC durante a 62ª reunião era retomar as discussões sobre o assunto na 140ª Sessão do Conselho, pois o diálogo poderia ser muito mais fácil pessoalmente. Tanto a carta quanto o anexo foram compartilhados na tela em inglês.

60. A Diretora Executiva explicou ainda que, embora o cronograma proposto pela Suíça contivesse várias etapas, naquele momento apenas o segundo item da primeira, que incluía uma solicitação para que a Secretaria da OIC fornecesse informações detalhadas sobre os requisitos para a sede da Organização, estava sendo discutido. Por fim, ela ecoou o Presidente do Conselho, enfatizando que o assunto não era mais urgente devido à prorrogação do contrato de aluguel, cuja cópia havia sido compartilhada com os Membros logo após a 62ª reunião do CFA.

² "30 de abril de 2025 – A Secretaria compartilha suas necessidades em relação à nova sede (por exemplo, tamanho das instalações, número e tamanho dos escritórios/locais de trabalho, salas de reunião necessárias) com todos os países-membros" de acordo com as informações contidas no documento [ED-2478/25](#).

61. O delegado da Costa do Marfim informou aos Membros que, conforme comunicado na reunião do CFA e ao Presidente do Conselho antes da 139ª Sessão do Conselho, seu país nunca obstruiria um debate sobre a questão das instalações, considerando que a Suíça, assim como qualquer outro Membro da OIC, tinha o direito de apresentar uma proposta ao Conselho. No entanto, ele expressou apoio à posição do delegado de Honduras, enfatizando a importância de olhar para a natureza processual da questão em pauta. Ele observou que seu governo tinha lidado com a realocação da sede da Organização Internacional do Cacau (ICCO) de Londres para Abidjan e, com base nessa experiência, destacou a importância de primeiro abordar todos os fundamentos processuais em jogo. Dado que não havia mais urgência de deixar as atuais instalações da OIC, era essencial primeiro avaliar se a OIC deveria permanecer no Reino Unido ou se realocar. A Secretaria da OIC só poderia apresentar um relatório com opções de realocação ao Conselho depois que uma decisão de realocação fosse tomada, permitindo a consideração de propostas como a da Suíça. Ele reiterou que não era aceitável perguntar aos países se desejavam receber a sede da OIC sem um mandato do Conselho.

62. O delegado da Índia enfatizou que o Conselho, como o mais alto órgão decisório da Organização, tinha o mandato para abordar qualquer assunto levantado por seus Membros, que tinham o direito de apresentar propostas para sua consideração.

63. A delegada da Suíça ecoou a intervenção da Índia e lembrou que, em sua 136ª Sessão, o Conselho já havia decidido que a palavra estaria aberta a todos os Países-Membros que desejassem sediar a Organização para manifestações de interesse. No seu entendimento, tal decisão significava que todas as propostas, incluindo a da Suíça e a de permanecer em Londres, deveriam ser analisadas. Ela buscou mais esclarecimentos sobre o conteúdo e o potencial valor agregado do relatório da Diretora Executiva mencionado pelo delegado da Costa do Marfim, enfatizando que a decisão final caberia ao Conselho.

64. O delegado de Honduras endossou a posição da Costa do Marfim, elogiando sua consistência e lógica. Ele apoiou a ideia de obter um relatório da Secretaria sobre possíveis opções e de abrir o processo para a apresentação de propostas apenas uma vez que uma decisão sobre a realocação tivesse sido tomada. Mesmo ressaltando que sempre apoiou um debate transparente, ele enfatizou a importância de aderir aos procedimentos.

65. O delegado da Costa do Marfim ecoou outros delegados, reconhecendo que o Conselho era de fato o mais alto órgão da Organização e que cada Estado-Membro soberano tinha permissão para expressar uma opinião sobre qualquer item da ordem do dia. Por outro lado, ele reiterou sua preocupação em garantir o cumprimento dos

procedimentos, considerando também a necessidade de evitar a criação de um precedente. Embora observando que o Conselho não deveria começar a debater uma questão tão importante sem informações adequadas, o delegado da Costa do Marfim incentivou a Secretaria a preparar um relatório sobre a situação geral das instalações, permitindo que o Conselho avaliasse se deveria ou não se mudar.

66. O Presidente do Conselho observou que, embora a proposta suíça tivesse obtido algum apoio, o cronograma proposto não podia ser aprovado, pois não havia consenso sobre o assunto. Acolhendo a sugestão do delegado da Índia, ele solicitou que a Secretaria preparasse e circulasse um conjunto de especificações e requisitos para instalações para sediar a OIC, que seria apresentado na reunião do CFA em junho de 2025 e depois levado ao Conselho para discussões em setembro de 2025. Conforme solicitado pela delegação da Costa do Marfim, o documento também incluiria um relatório da Secretaria sobre o status atual das instalações em Londres.

67. Os delegados do Japão, da Suíça e da União Europeia endossaram a proposta do Presidente. O Presidente também tomou conhecimento do apoio à proposta comunicado no chat pelo México, Índia e Papua Nova Guiné.

68. O Conselho solicitou que a Secretaria preparasse um documento contendo os requisitos para as instalações da OIC e um relatório geral sobre a situação das instalações em Londres, a ser apresentado na próxima reunião do CFA, em junho de 2025.

Item 7: Relatório sobre o trabalho da OIC e a situação do mercado

Item 7.1: Execução do Programa de Atividades

69. A Diretora Executiva informou aos Membros que uma cópia de sua apresentação (**Anexo I**)³ seria incluída no documento de decisões da 139ª Sessão do Conselho Internacional do Café e iniciou seu relatório fornecendo insights sobre as tendências mais recentes do mercado. Embora os preços do café Robusta e do café Arábica estivessem atingindo altas históricas, uma análise detalhada dos dados do café nos últimos 60 anos, considerando a inflação, revelava que os níveis atuais de preços não eram um recorde sem precedentes. Ela então apresentou um relatório sobre as exportações de café por região, observando que 42,8 milhões de sacas de café haviam sido exportadas de

³ Disponível apenas em inglês.

outubro de 2024 a janeiro de 2025. Isso representava um retorno aos níveis anteriores ao ano cafeeiro 2022/23. Em relação às importações de café por região em 2024, tinha sido registrado um aumento de 5% em relação ao ano civil anterior, com a Europa mantendo a maior participação nas importações, 53,2%, seguida pela Ásia e Oceania, com 22,3%, e América do Norte em terceiro lugar, com 17,8%. Por fim, ela forneceu insights sobre as importações de café descafeinado, tanto verde quanto torrado, devido à sua crescente importância na indústria global do café. Estimou-se que o café descafeinado representou 10-15% do consumo total de café e que, para o ano civil de 2024, as importações de café descafeinado registraram um aumento de 5,6%.

70. No que diz respeito à execução do Programa de Atividades, uma tabela com atualizações sobre iniciativas concluídas e em andamento foi compartilhada na tela. Com referência à prestação de serviços estatísticos, a Diretora Executiva observou que todas as publicações obrigatórias haviam sido distribuídas e que várias reuniões bilaterais entre a Secretaria e os pontos focais estatísticos de alguns Membros da OIC haviam sido realizadas. Ela também observou que três oficinas técnicas regionais com foco na coleta e envio de dados haviam sido planejadas, a primeira a ocorrer na Indonésia em maio de 2025, a segunda em Honduras em setembro de 2025 e a terceira ainda a ser agendada após consultas com os países africanos. Ela informou aos Membros que os preparativos para a 140ª Sessão do Conselho já haviam começado e informou sobre o progresso registrado com referência ao Memorando de Entendimento (MdE) com a Associação dos Cafés Finos da África (AFCA), bem como sobre a manutenção de ferramentas da OIC, como a ferramenta de mapeamento de sustentabilidade do café.

71. A Diretora Executiva apresentou então um relatório sobre o processo para a Organização obter o status de observador na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Ela observou que, após a solicitação inicial apresentada pela representação brasileira junto das Nações Unidas em Nova York em junho de 2024, um projeto de resolução sobre o assunto foi adotado pela Sexta Comissão da AGNU em outubro de 2024.⁴ Esta resolução foi posteriormente aprovada na 79ª sessão da AGNU, concedendo à OIC o status de observador na Assembleia Geral.⁵ Por fim, informou aos Membros que o processo de registro da OIC no Sistema Eletrônico da ONU havia sido concluído com sucesso no dia anterior.

⁴ O projeto de resolução foi apresentado por Alemanha, Angola, Brasil, Colômbia, Honduras, Índia, Indonésia, Itália, Peru, Reino Unido, Suíça e Vietnã e co-patrocinado pela Bolívia, Federação Russa, Hungria, Luxemburgo, Malásia, México, Papua Nova Guiné e Timor-Leste.

⁵ O documento A/RES/79/131 "Concessão da qualidade de observadora na Assembleia Geral à Organização Internacional do Café" pode ser acessado [aqui](#) (em inglês).

72. Em relação ao reconhecimento pelas Nações Unidas do Dia Internacional do Café em 1º de outubro, a Diretora Executiva informou aos Membros que o processo deveria ser seguido primeiro na FAO e observou que um projeto de resolução havia sido apresentado pela representação brasileira junto à FAO em Roma em agosto de 2024. A resolução foi primeiramente aprovada na 76ª Sessão do Comitê de Problemas dos Produtos de Base, em outubro de 2024,⁶ e depois também pelo Conselho da FAO, em dezembro de 2024. A Diretora Executiva informou aos Membros que a 44ª Conferência da FAO se reuniria entre junho e julho de 2025 para considerar e possivelmente aprovar a resolução, que seria apresentada à AGNU posteriormente, concluindo o processo.

73. A Diretora Executiva informou sobre as atividades da FTPPC, destacando as reuniões dos Sherpas e dos Grupos de Trabalho Técnicos, bem como consultas com os Membros sobre temas como o Regulamento da União Europeia sobre Produtos Livres de Desmatamento (EUDR) e mudanças climáticas. Ela forneceu uma atualização sobre o progresso relacionado ao grupo de trabalho de Renda Digna e Próspera, detalhando as ferramentas disponíveis para os Membros que desejavam implementar a abordagem Renda Digna e Próspera. Além disso, ela destacou o apoio prestado aos Membros em relação à política e ao arcabouço legal, particularmente em relação ao EUDR. Isso incluiu a coleta e disseminação de informações relevantes em colaboração com as autoridades relevantes da UE, explorar oportunidades de colaboração com parceiros na avaliação de risco para conformidade com o EUDR e possivelmente vincular o Certificado de Origem da OIC com bancos de dados de Membros contendo georreferências exclusivas de plantações de café.

74. A Diretora Executiva informou aos Membros sobre os esforços de divulgação da campanha do Dia Internacional do Café 2024, com o tema "Abraçando a colaboração para a ação coletiva", e as celebrações organizadas pela Embaixada da Irlanda em Londres em 1º de outubro de 2024. Ela também destacou os resultados positivos de várias iniciativas e campanhas temáticas lideradas pela Secretaria para aumentar o engajamento da OIC nas mídias sociais, observando seu impacto positivo no aumento da disseminação de informações importantes sobre o setor cafeeiro global para um público online mais amplo, inclusive através do site da OIC.

75. Por fim, a Diretora Executiva compartilhou detalhes de sua participação em vários eventos, missões oficiais e reuniões com os Membros, começando com sua participação na primeira Cúpula do Café da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

⁶ Com o apoio do Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC) e o copatrocinio do Brasil e da Índia.

(CELAC) em Honduras na segunda quinzena de setembro de 2024. Um grande destaque histórico foi a participação da OIC pela primeira vez na reunião dos Ministros de Desenvolvimento do G7 em Pescara, Itália, em outubro de 2024, onde uma sessão especial dedicada ao café enfatizou a importância global da cadeia de valor do café. A reunião também proporcionou uma oportunidade para avançar nas discussões sobre o mecanismo global de financiamento do café do G7, liderado pela presidência italiana. Entre outras viagens estratégicas, a Diretora Executiva destacou sua missão com as Autoridades Competentes da UE para os estados brasileiros do Pará e Espírito Santo em dezembro de 2024, no âmbito do programa AL INVEST Verde. Além disso, ela apresentou relatório sobre uma missão a Bonn, na Alemanha, em fevereiro de 2025, para reuniões com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), bem como com o Ministério Federal Alemão para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) e a Plataforma Global do Café. Ela também mencionou sua missão governamental ao Vietnã em março de 2024, onde participou de reuniões institucionais com o Ministério da Agricultura em Hanói e participou do 9º Festival do Café de Buôn Ma Thuôt. Por fim, ela informou sobre sua missão a Honduras, onde visitou Tegucigalpa e San Pedro Sula para reuniões com vários ministérios em preparação para a 140ª Sessão do Conselho, além de participar do evento da CAFEXPO.

76. O delegado de Honduras elogiou a Diretora Executiva por seu trabalho e esforços para promover a Organização e o setor cafeeiro em todo o mundo.

77. O delegado da União Europeia parabenizou a Diretora Executiva e a Secretária da OIC pelo trabalho realizado. Em relação ao aumento contínuo dos preços do café, ele solicitou informações adicionais sobre os fatores que impulsionam o aumento, bem como uma análise detalhada a ser compartilhada com os Membros, o que forneceria uma compreensão mais clara das perspectivas de médio a longo prazo e como os preços poderiam evoluir. Ele também buscou mais esclarecimentos sobre os benefícios da OIC obter o status de observador na AGNU, enfatizando a importância de entender se isso se alinharia com o mandato da Organização e como isso poderia impactar a carga de trabalho da Secretária da OIC.

78. O delegado da Colômbia expressou apreço pelo trabalho da Diretora Executiva, destacando o valioso papel da Organização na compreensão das realidades enfrentadas pelos países produtores, além de atender às necessidades de consumo e promover a demanda global de café. Ele então solicitou uma discussão sobre o tema das tarifas e seus riscos potenciais para o comércio internacional. Além disso, ele buscou mais informações sobre o papel da OIC a nível diplomático na proteção do consumo,

observando preocupações, inclusive do setor privado, sobre o impacto que as tarifas poderiam ter nos mercados de café. Por fim, ele confirmou que a Colômbia sediaria uma Sessão do Conselho em Bogotá entre 27 de setembro e 1º de outubro de 2027, conforme compartilhado anteriormente com os Membros.

79. A delegada da Suíça ecoou a intervenção de outras delegações, agradecendo à Diretora Executiva por seu relatório abrangente e elogiando o trabalho realizado pela Secretaria, especialmente no que dizia respeito aos tópicos de sustentabilidade e novos regulamentos do café.

80. O delegado do México reafirmou o compromisso do país de avançar no trabalho de renda digna e próspera e expressou a disponibilidade do México de apoiar todas as atividades conduzidas no âmbito da FTPPC.

81. O delegado do Brasil agradeceu à Diretora Executiva pela explicação detalhada fornecida em seu relatório. Em relação à sua missão em Bonn, que visava integrar as atividades da Organização com as do governo alemão, observou que isso não havia sido previamente comunicado aos Membros e solicitou mais detalhes sobre os objetivos, a lista de projetos existentes e os itens de pauta discutidos. Ele também propôs que a Organização fornecesse atualizações periódicas sobre cada missão oficial realizada pela Diretora Executiva, com informações detalhadas sobre os tópicos discutidos e as decisões tomadas em nome da Organização. Ele salientou que a abordagem sugerida seria preferível a longos relatórios semestrais apresentados em cada Sessão do Conselho. No contexto da implementação do EUDR, ele buscou esclarecimentos sobre o status e os planos para alinhar o Certificado de Origem da OIC aos requisitos do EUDR. Era seu entendimento que nenhum documento da OIC sobre esse assunto havia sido distribuído aos Membros, particularmente aos países produtores, que eram responsáveis pelo preenchimento do Certificado de Origem. Por fim, ele propôs que, semelhante a outras organizações de commodities com sede em Londres, a Secretaria da OIC consultasse anualmente os Membros para permitir que eles enviassem tópicos de interesse para estudos. Ele enfatizou que este deveria ser um esforço colaborativo entre o Comitê Conjunto e os Membros.

82. Respondendo ao delegado da União Europeia, o Chefe de Operações explicou que a análise de tendências de mercado era uma parte habitual do trabalho da equipe de Estatística da OIC. Os resultados eram publicados em relatórios de rotina, incluindo o Relatório sobre o mercado de café, mensal, e o Relatório e Perspectivas do Café, semestral. Ele também mencionou que discussões adicionais poderiam ser organizadas

especificamente para abordar a questão dos preços. Em relação à questão sobre o status de observador na AGNU, ele esclareceu que o status proporcionaria à Organização i) acesso aos recursos da ONU em tópicos como comércio e desenvolvimento, que seriam então compartilhados com os Membros; ii) participação direta nas sessões da AGNU, permitindo que a Diretora Executiva da OIC defendesse o setor cafeeiro, aumentasse sua visibilidade e atraísse atenção para sua importância; e iii) conexões diretas a outros programas da ONU relacionados à AGNU, particularmente aqueles focados no financiamento para o desenvolvimento.

83. O delegado da Costa do Marfim parabenizou a Diretora Executiva pelas atividades apresentadas e elogiou a delegação brasileira por suas iniciativas dentro do sistema das Nações Unidas. Ele então perguntou se a Secretaria poderia realizar uma avaliação da implementação das parcerias e seu impacto, com os resultados a serem apresentados na próxima Sessão do Conselho em Honduras. Além disso, ele incentivou a Secretaria a assumir um papel proativo na promoção de parcerias com o setor privado, destacando os benefícios que essas parcerias poderiam trazer para os produtores de café.

84. O delegado da Bolívia elogiou o relatório apresentado pela Diretora Executiva e fez um convite para que ela visitasse a Bolívia. Ele também incentivou a Organização a fornecer mais apoio ao desenvolvimento do setor cafeeiro nacional e a otimizar os recursos para melhor ajudar os pequenos cafeicultores.

85. Em resposta à pergunta do delegado da Colômbia sobre tarifas, o Chefe de Operações explicou que a Secretaria da OIC estava monitorando de perto a situação e consultando parceiros do setor privado, como a National Coffee Association USA (NCA). Ele também observou que a Secretaria da OIC estava explorando o possível papel que a OIC poderia desempenhar nesse contexto, acrescentando que, a pedido dos Membros, a Secretaria da OIC poderia avaliar o possível impacto das tarifas no comércio de café com mais detalhes.

86. A Diretora Executiva ecoou os comentários do Chefe de Operações e reiterou a disponibilidade da Secretaria da OIC de explorar ainda mais a questão das tarifas, seja a pedido do Conselho ou dos Membros do Comitê Conjunto.

87. Em resposta a uma pergunta da Costa do Marfim no chat, a Diretora Executiva observou que havia visitado a Tanzânia em fevereiro de 2025 e planejado missões à Costa do Marfim em maio de 2025 e à Etiópia em julho de 2025.

88. Em resposta à intervenção do Brasil, a Diretora Executiva lembrou aos Membros que as parcerias em andamento com o BMZ, a GIZ e a PGC eram de longa data. Ela enfatizou o papel da OIC como facilitadora, promovendo conexões entre as partes interessadas relevantes dos Membros da OIC e a GIZ, que estava envolvida em vários projetos em andamento nos países produtores de café, particularmente em tópicos-chave para a Organização, como a conformidade com o EUDR. Ela também apoiou a sugestão de fornecer relatórios mensais sobre suas missões aos Membros. Além disso, ela confirmou que nenhum documento da OIC sobre o alinhamento do Certificado de Origem aos requisitos do EUDR havia sido publicado, pois a Secretaria da OIC ainda estava analisando como proceder, enquanto consultava as partes interessadas relevantes de vários Membros, incluindo países produtores como Brasil, Colômbia, Costa Rica, Índia, vários Membros africanos e a União Europeia. Por fim, acolheu favoravelmente a sugestão de receber contribuições dos Membros sobre temas para estudos e relatórios, salientando o valor agregado que uma abordagem consultiva mais estruturada poderia trazer.

89. O Conselho tomou nota do relatório da Diretora Executiva.

Item 7.2: Engajamento da OIC na implementação da iniciativa sobre café do G7 e outras iniciativas globais e regionais

90. O Chefe de Operações lembrou os objetivos do Fundo Global do Café do G7, a saber: i) aumentar o acesso ao financiamento para os cafeicultores e a Cadeia Global de Valor do Café (CGV-C); ii) estabelecer um mecanismo financeiro sustentável para apoiar a resiliência e sustentabilidade do setor cafeeiro; iii) mobilizar recursos privados e públicos; iv) fortalecer o apoio aos pequenos agricultores por meio de ferramentas financeiras, assistência técnica, capacitação e mitigação de riscos; v) desenvolver uma estrutura de governança e coordenação para maior transparência, eficiência e envolvimento das partes interessadas; e vi) abordar a segurança do fornecimento. Depois de analisar o cronograma e as etapas que levaram à aprovação do conceito de mecanismo de financiamento, ele forneceu detalhes sobre a estrutura projetada para coordenar ações e gerar financiamento, que foi compartilhada na tela. Ele então delineou os próximos passos, observando que, sob a liderança do governo italiano, todas as partes interessadas atualizariam a proposta e estabeleceriam um plano de trabalho em abril de 2025. Entre abril e julho de 2025, as atividades para refinar o projeto do Fundo ocorreriam por meio de workshops mensais, enquanto compromissos financeiros firmes

seriam garantidos através do Fundo Italiano para o Clima. A finalização da estrutura e do arcabouço de governança do Fundo estava programada para agosto a outubro de 2025, juntamente com o planejamento de atividades promocionais em preparação para o lançamento do Fundo Global do Café, agendado para ocorrer até a COP30 em Belém, Brasil, em novembro de 2025.

91. Depois de agradecer ao Chefe de Operações por sua apresentação, o Presidente do Conselho leu um comentário no chat da delegação do Nepal que solicitava informações sobre quaisquer iniciativas para pequenos exportadores e países produtores, como o seu, nos próximos anos. Ele observou que a Secretaria entraria em contato com a delegação nepalesa para fornecer as informações solicitadas.

92. O Conselho tomou nota do relatório do Chefe de Operações sobre o engajamento da na implementação da iniciativa sobre café do G7 e outras iniciativas globais e regionais.

Item 8: Parcerias

Item 8.1: Memorando OIC-AFCA

93. O Chefe de Operações apresentou o documento [WP-Council 353/25](#), que continha o Memorando de Entendimento (MdE) entre a OIC e a AFCA. Lembrando os membros de que já existia um MdE anterior entre as duas instituições, ele explicou que o novo documento visava continuar fornecendo uma estrutura para o estabelecimento de programas de parceria, projetos e iniciativas focados na promoção do desenvolvimento sustentável do setor cafeeiro, com ênfase na melhoria da qualidade e na melhoria da transparência no comércio. Ele também destacou que o novo acordo havia sido revisado para incluir atividades no âmbito da FTPPC, que não existia quando o primeiro MdE havia sido concluído. Por fim, ele enfatizou a forte e contínua colaboração entre as duas

instituições e observou que o documento seria assinado por ambas as partes na próxima oportunidade disponível, assim que recebesse a aprovação do Conselho.

94. O Conselho aprovou o MdE entre a OIC e a AFCA, posteriormente publicado como documento [ICC-139-3](#).

Item 9: Relatório das reuniões dos comitês e outros órgãos

Item 9.1: Comitê Conjunto

95. O Presidente do Comitê Conjunto (CC), Sr. Zoltan Agai, da União Europeia, apresentou um relatório sobre a segunda reunião do CC, realizada em 12 de março de 2025. Ele observou que, durante a reunião, a Secretaria da OIC havia informado os participantes sobre a variedade de dados, relatórios e informações disponíveis para Membros, assinantes e público e explicou os planos para ampliar os tipos de dados e melhorar a qualidade dos dados coletados. A Secretaria da OIC também havia fornecido detalhes sobre o planejamento de três oficinas regionais de treinamento para os pontos focais de estatísticas dos Membros em 2025. Em relação às atividades de promoção e desenvolvimento de mercado, o CC havia observado que as Filipinas e Timor-Leste ainda não tinham utilizado os recursos disponíveis no Fundo Especial. Em resposta a uma pergunta de um Membro sobre a promoção e análise do consumo de café em mercados emergentes, a Secretaria da OIC havia destacado os toolkits existentes projetados para promover o café e enfatizado o foco da Organização nesses mercados. Em relação à campanha do Dia Internacional do Café 2025, o CC havia tomado nota de que o tema se basearia no usado em 2024, com materiais que iriam estar disponíveis até junho de 2025. Por fim, o Presidente do CC apontou que não havia consenso sobre a recomendação de uma lista de estudos propostos⁷ para aprovação do Conselho. No entanto, ele mencionou que discussões produtivas tinham fornecido clareza adicional sobre o processo a ser seguido nos próximos meses. Ele enfatizou que havia sido acordado que a Secretaria enviaria documentos seis semanas antes da próxima reunião do CC, em junho de 2025, permitindo que os Membros dessem retorno antes da reunião, para evitar longas discussões. A lista final de estudos propostos seria apresentada ao Conselho para consideração em sua próxima sessão em Honduras.

⁷ A lista incluiu duas pesquisas exigidas pelo AIC 2007: (i) *Obstáculos ao Comércio e ao Consumo* e (ii) *Limites Máximos de Resíduos*. Além disso, apresentou quatro estudos sobre mudanças climáticas, especulação, preços, consumo e mercado de café descafeinado, bem como o *Relatório sobre o Desenvolvimento do Café 2025/26*, com foco na colaboração dentro da cadeia de valor do café.

96. O delegado do Brasil agradeceu ao Presidente do CC por seu relatório. Depois de enfatizar a importância de ter retomado as reuniões de um comitê focado em áreas temáticas de relevância, ele reiterou que as propostas da Secretaria da OIC para o desenvolvimento de estudos e projetos deveriam ser formuladas apenas após consulta formal e discussões aprofundadas com os Membros. Por esse motivo, ele sugeriu que documentos detalhando o tema proposto, objetivos, metodologias, estrutura de desenvolvimento e resultados esperados fossem compartilhados com antecedência. O delegado do Brasil esclareceu que, na opinião de sua delegação, a OIC não era um centro de pesquisa ou uma instituição acadêmica. Em vez disso, seu mandato principal, conforme descrito no AIC 2007, era fortalecer o setor cafeeiro global e promover sua expansão sustentável. Portanto, qualquer estudo elaborado pela Organização deveria estar alinhado com o referido mandato e seu desenvolvimento deveria ser previamente aprovado pelos Membros, após o recebimento de informações detalhadas. O delegado do Brasil lamentou que, nos últimos dois anos, os estudos da Organização não tivessem servido aos interesses dos países exportadores. Devido a duas experiências passadas particularmente negativas, ele enfatizou que deve ser dada grande atenção ao desenvolvimento de estudos e documentos com o selo da OIC. Por fim, ele observou que a Secretaria da OIC tinha que enviar um documento descrevendo as etapas propostas, inclusive para os estudos obrigatórios descritos no AIC 2007, para a consideração e aprovação dos Membros, antes de começar a trabalhar neles. A esse respeito, ele referenciou o estudo obrigatório sobre Limites Máximos de Resíduos como exemplo, observando que a delegação do Brasil havia fornecido comentários extensos sobre sua versão mais recente durante reuniões anteriores da OIC, sendo um de seus poucos contribuintes.

97. O Conselho tomou nota do relatório do Presidente do Comitê Conjunto.

Item 9.2: Grupo de discussão sobre cafés especiais

98. A Diretora Executiva forneceu uma atualização sobre o progresso do Grupo de Discussão sobre Cafés Especiais (GDCE), observando que ela estava liderando as reuniões pessoalmente, pois o Grupo de Discussão não seguia a estrutura padrão de um comitê da OIC. Ela resumiu o conteúdo das duas primeiras reuniões, durante as quais haviam sido coletadas contribuições sobre os resultados esperados do Grupo e o trabalho a ser realizado. Um consenso sobre a necessidade de estatísticas específicas sobre cafés especiais havia surgido, destacando a consequente necessidade de uma definição clara a esse respeito. Em seguida, ela informou aos Membros que, durante a terceira reunião do GDCE, realizada em janeiro de 2025, as discussões tinham se concentrado em

13 definições coletadas pela Secretaria e enviadas pelos Membros. Foi acordado que a Secretaria trabalharia para harmonizar essas definições e incorporar quaisquer outras adicionais a serem enviadas. Por fim, ela mencionou que, embora ainda não tivesse sido definida uma data para a próxima reunião, o foco seria determinar se uma definição final poderia ser estabelecida e abordar outros tópicos levantados na primeira reunião do GDCE, como aumentar o consumo de cafés especiais e explorar oportunidades de colaboração com institutos de pesquisa.

99. O Presidente do Conselho leu um comentário no chat em que a delegação de El Salvador observou que todos os estudos da OIC ou ações propostas deveriam ser preparados por profissionais que tivessem pleno conhecimento e experiência verificável sobre a dinâmica do cultivo e processamento de café para evitar ações sem impacto na qualidade de vida dos produtores.

100. O Conselho tomou nota do relatório da Diretora Executiva sobre o Grupo de Discussão sobre Cafés Especiais.

Item 10: Titulares de cargos e Comitês

Item 10.1: Composição da Junta Consultiva do Setor Privado para 2023/24 e 2024/25

101. O Presidente do Conselho apresentou o item, informando aos Membros que, após a 138ª Sessão do Conselho, a União Europeia havia entrado em contato com a Secretaria da OIC para apresentar suas indicações, que estavam contidas no documento [WP-Council 341/23 Rev. 3](#). A composição proposta da Junta Consultiva do Setor Privado (JCSP) e a confirmação de quórum foram compartilhadas na tela.

102. A delegada da Suíça informou aos Membros que várias associações do setor privado com as quais ela havia engajado expressaram um forte interesse em colaborar com a Organização e apoiar seus objetivos e visão. Ao enfatizar a importância das contribuições do setor privado e sua valiosa perspectiva para a Organização, ela destacou a necessidade de entender melhor o papel da JCSP e a maneira mais eficaz de apoiar a OIC.

103. O Chefe de Operações explicou que o Presidente e Vice-Presidente da JCSP tinham de ser nomeados pelos seus membros e que, enquanto isso, a Diretora Executiva presidiria as reuniões da JCSP *ex-officio*.

104. O delegado de Papua Nova Guiné enfatizou a importância de se concentrar na pauta da JCSP, nas contribuições esperadas de seus membros e na maneira como interagira com a OIC. Ele apontou que a falta de uma pauta significativa e o fluxo unilateral de comunicação do Conselho para a JCSP tinham contribuído para o declínio do interesse na participação. Ele concluiu enfatizando que a JCSP poderia desempenhar um papel significativo e proativo se tivesse a oportunidade de fazê-lo.

105. O delegado da UE-Itália ecoou a intervenção da Papua Nova Guiné, observando que valia a pena avaliar o papel da JCSP, bem como as contribuições que ela poderia fornecer à Organização.

106. O Presidente do Conselho lembrou aos Membros que, conforme descrito no Artigo 29 do AIC 2007, a JCSP dependia de aprovação do Conselho para realizar reuniões extraordinárias. Considerando que as atividades da JCSP estavam sendo retomadas após um longo hiato, observou-se que seus membros poderiam precisar se reunir antes da reunião regular do Conselho em setembro. Nesse contexto, o Presidente sugeriu que o Conselho aprovasse a possibilidade de uma reunião extraordinária da JCSP, caso seus membros decidissem se reunir antes da reunião ordinária da JCSP em setembro, próximo do Conselho.

107. O Conselho aprovou a composição da JCSP e a realização de uma reunião especial inter-sessões antes de setembro de 2025.

Item 11: Credenciais

108. O Chefe de Operações afirmou que as credenciais recebidas estavam em boa e devida forma.

109. O Conselho aprovou o relatório sobre as credenciais.

Item 12: Reuniões futuras

110. O Presidente do Conselho submeteu à consideração as seguintes datas provisórias para futuras reuniões, que também foram compartilhadas em tela:

- 140ª Sessão do Conselho: semana de 22–26 de setembro de 2025, San Pedro Sula;
- 141ª Sessão do Conselho: semana de 23-27 de março de 2026, virtual; e
- Semana de 27 de setembro a 1º de outubro de 2027, Bogotá

111. O delegado de Honduras confirmou que seu país estava pronto para receber os Membros da OIC, incentivando os delegados a prolongarem suas estadias para experimentar a cultura e as atrações naturais de Honduras. Ele mencionou que seu governo havia recebido a Diretora Executiva para uma série de reuniões com os principais ministérios envolvidos na organização do evento e visitas às instalações onde a reunião do Conselho aconteceria. Ele observou que a presidência do país estava comprometida em garantir um evento especial e proporcionar uma estadia maravilhosa em Honduras, com toda a logística e arranjos relacionados à acomodação sendo cuidadosamente gerenciados. O delegado de Honduras também informou aos Membros que, durante sua visita, a Diretora Executiva tinha tido a oportunidade de se reunir com produtores, bem como com jovens e estudantes que expressaram seu entusiasmo pelos eventos. Ele enfatizou as inúmeras oportunidades de networking que a reunião proporcionaria a todas as partes interessadas presentes e reiterou sua disponibilidade pessoal para ajudar com quaisquer necessidades antes, durante e depois do evento.

112. Depois que um vídeo com um convite especial da Ministra de Turismo de Honduras foi compartilhado na tela, a Diretora Executiva expressou sua sincera gratidão ao delegado de Honduras e seu governo pela calorosa recepção e atenção que recebera durante sua visita oficial. Ela ecoou suas observações, afirmando que Honduras estava totalmente mobilizado e pronto para receber delegados em setembro de 2025 e enfatizando a alta qualidade de todas as reuniões que seriam realizadas naquela ocasião.

113. A delegada da Suíça agradeceu ao delegado de Honduras por seu compromisso e expressou seu entusiasmo com a próxima Sessão do Conselho a ser realizada no país. Em seguida, informou aos Membros que a Suíça estava contente de sediar a Sessão do Conselho do outono de 2026 em Genebra. Embora a data exata ainda não tivesse sido

acordada, a delegada da Suíça já estava em discussões com a Swiss Coffee Trade Association (SCTA) para explorar possíveis sinergias entre as reuniões da OIC e da SCTA.

114. O Conselho tomou nota das datas e locais para futuras reuniões.

Item 13: Outros assuntos

115. O delegado da Indonésia, Sr. Natan Kambuno, informou aos Membros que, após uma reestruturação no Ministério do Comércio, ele havi substituído o Sr. Reza Pahlevi Chairul como o recém-nomeado Diretor de Negociações com Organizações Inter-regionais e Internacionais. Como resultado, ele solicitou a aprovação do Conselho de sua nomeação como Vice-Presidente do Comitê Conjunto, cargo anteriormente ocupado pelo Sr. Pahlevi Chairul. Ele reafirmou o compromisso da Indonésia de participar ativa e construtivamente das discussões da Organização e expressou sua prontidão em alavancar sua experiência profissional para apoiar o mandato do Comitê Conjunto.

116. O Conselho aprovou a nomeação do Sr. Natan Kambuno como Vice-Presidente do Comitê Conjunto para o ano cafeeiro de 2024/25.

Cerimônia de encerramento

117. O delegado da Costa do Marfim lembrou aos Membros que aquela seria a Sessão final do Conselho do Chefe de Operações, Sr. Gerardo Patacconi. Em nome de seu governo, ele expressou sincera gratidão ao Sr. Patacconi por seu apoio constante e dedicação à Costa do Marfim, desejando-lhe tudo de bom em seus futuros empreendimentos.

118. O Presidente do Conselho, juntamente com os delegados de Honduras, Papua Nova Guiné, UE-Itália, União Europeia, México e Suíça, expressaram seus sinceros agradecimentos ao Sr. Patacconi por sua paixão, compromisso e contribuições significativas para o trabalho da Organização. Eles também reconheceram o impacto muito positivo que seu trabalho teve em todo o setor cafeeiro e elogiaram seu legado.

119. A Diretora Executiva expressou sua gratidão ao Sr. Patacconi pela inestimável experiência, lições, companheirismo e orientação que ele compartilhou durante seus quase três anos de trabalho juntos. Em seguida, informou aos Membros que o Sr. Patacconi continuaria a apoiar o setor cafeeiro e a OIC como consultor, sem nenhum custo para a OIC, graças ao governo italiano e à UNIDO em relação ao Fundo Global do Café do G7 e outras iniciativas de financiamento.

120. Todos os membros da equipe da OIC se juntaram à Diretora Executiva nos agradecimentos ao Sr. Patacconi por seu serviço, amizade, abertura e confiança na equipe da Secretaria da OIC.

121. O Sr. Patacconi expressou sua sincera gratidão a todos os Membros da OIC, à Diretora Executiva, à Secretaria e ao ex-Diretor Executivo José Sette pela oportunidade de trabalhar ao lado deles. Ele enfatizou que a paixão e a dedicação foram as forças motrizes por trás de seu trabalho e da equipe que ele estava deixando para trás. Ele expressou sua confiança de que a Organização continuaria a fazer progressos no enfrentamento dos desafios do setor.

122. O delegado da Indonésia expressou sua gratidão ao Presidente e Vice-Presidente do Conselho, à Diretora Executiva e à Secretaria, agradecendo-lhes por sua liderança e dedicação, que contribuíram para o sucesso da 139ª Sessão do Conselho. Ele reafirmou o compromisso de seu país de abordar as oportunidades e os desafios enfrentados pelo setor cafeeiro e elogiou o espírito de colaboração entre os Membros.

123. O Presidente do Conselho agradeceu aos Membros pela presença, bem como à Diretora Executiva e à Secretaria, pela organização da Sessão. Ele então encerrou a 139ª Sessão do Conselho Internacional do Café.

Conselho Internacional do Café
139.^a Sessão
Sessão virtual
27 março 2025
Londres, Reino Unido

Resolução 485

APROVADA NA REUNIÃO PLENÁRIA
EM 27 DE MARÇO DE 2025

**Prorrogação do prazo para a assinatura e o depósito de instrumentos de ratificação,
aceitação ou aprovação do
Acordo Internacional do Café de 2022 (AIC de 2022)**

CONSIDERANDO:

Que em 9 de junho de 2022 o Conselho Internacional do Café aprovou o AIC de 2022 por meio da Resolução 476;

Que os países precisam de tempo suficiente para completar as formalidades para a entrada em vigor do AIC de 2022;

Que, nos termos do parágrafo 1 de seu Artigo 44, o AIC de 2022, exceto quando de outra forma estipulado, ficará aberto para assinatura na sede do Depositário no período de 6 de outubro de 2022 a 30 de abril de 2023 inclusive;

Que, nos termos do parágrafo 3 do Artigo 44 do AIC de 2022, o Conselho Internacional do Café poderá conceder prorrogações de prazo aos Governos signatários impossibilitados de efetuar o depósito de seus instrumentos até 31 de julho de 2023;

Que, nos termos da Resolução 479 do CIC, o prazo para a assinatura do AIC de 2022 foi prorrogado até 30 de abril de 2024, e o prazo para o depósito de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação do mesmo foi prorrogado até 31 de julho de 2024;

Que, nos termos da Resolução 481 do CIC, o prazo para a assinatura do AIC de 2022 foi prorrogado até 30 de abril de 2025, e o prazo para o depósito de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação do mesmo foi prorrogado até 31 de julho de 2025;

Que diversos Governos que têm direito a assinar o AIC de 2022 nos termos do parágrafo 1 de seu Artigo 44 não poderão fazê-lo até 30 de abril de 2025, mas indicaram que desejam tornar-se Governos signatários do AIC de 2022; e

Que o Conselho Internacional do Café julga desejável possibilitar que os Governos de que se trata assinem o AIC de 2022, a fim de ampliar os prospectos de sua entrada em vigor, em caráter definitivo ou provisório,

O CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ

RESOLVE:

Permitir aos Governos que têm direito a assinar o AIC de 2022 que o façam em 30 de abril de 2027 ou antes dessa data, nos termos do parágrafo 1 do Artigo 44 do mesmo; e

Prorrogar de 31 de julho de 2025 para 31 de julho de 2027 o prazo para o depósito de instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação do AIC de 2022 junto ao Depositário, nos termos do Artigo 44 do mesmo.



**ORGANIZAÇÃO
INTERNACIONAL
DO CAFÉ**

ICC Resolução 486

10 abril 2025
Original: inglês

P

Conselho Internacional do Café
139.^a Sessão
Sessão virtual
27 março 2025
Londres, Reino Unido

Resolução 486

APROVADA NA REUNIÃO PLENÁRIA,
EM 27 DE MARÇO DE 2025

Prorrogação do Acordo Internacional do Café de 2007

CONSIDERANDO:

Que a vigência do Acordo Internacional do Café de 2007 (o 'AIC de 2007') expira em 1.º de fevereiro de 2026;

Que, nos termos do parágrafo 3 do Artigo 48 do AIC de 2007, o Conselho Internacional do Café (o 'Conselho') poderá decidir prorrogar o presente Acordo para além da data do término de sua vigência, por períodos sucessivos que não ultrapassem oito anos ao todo. O Membro que decida não aceitar tal prorrogação do AIC de 2007 deverá comunicar sua decisão por escrito ao Conselho e ao Depositário antes do início do período de prorrogação e deixará de ser Parte do AIC de 2007 a partir do início do período de prorrogação;

Que em 9 de junho de 2022 o Conselho aprovou o Acordo Internacional do Café de 2022 (o 'AIC de 2022') por meio da Resolução 476;

Que os países precisam de tempo suficiente para completar as formalidades para a entrada em vigor do AIC de 2022;

Que, por meio da Resolução 479 de 30 de março de 2023, o Conselho aprovou a prorrogação: (i) do prazo para a assinatura do AIC de 2022 até 30 de abril de 2024; e (ii) do prazo para o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação do mesmo até 31 de julho de 2024;

Que, por meio da Resolução 481 de 28 de setembro de 2023, o Conselho aprovou a prorrogação: (i) do prazo para a assinatura do AIC de 2022 até 30 de abril de 2025; e (ii) do prazo para o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação do mesmo até 31 de julho de 2025; e

Que, por meio da Resolução 485 de 27 de março de 2025, o Conselho aprovou a prorrogação: (i) do prazo para a assinatura do AIC de 2022 até 30 de abril de 2027; e (ii) do prazo para o depósito dos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação do mesmo até 31 de julho de 2027;

O CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ

RESOLVE:

Prorrogar o AIC de 2007 por um período de dois anos, com início em 2 de fevereiro de 2026, até 1.º de fevereiro de 2028, nos termos do parágrafo 3 do Artigo 48 do AIC de 2007. No entanto, o AIC de 2022 entrará em vigor logo que as condições para sua entrada provisória ou definitiva forem satisfeitas, encerrando assim o período de prorrogação do AIC de 2007.

Item 7: Report on the work of the ICO and market situation

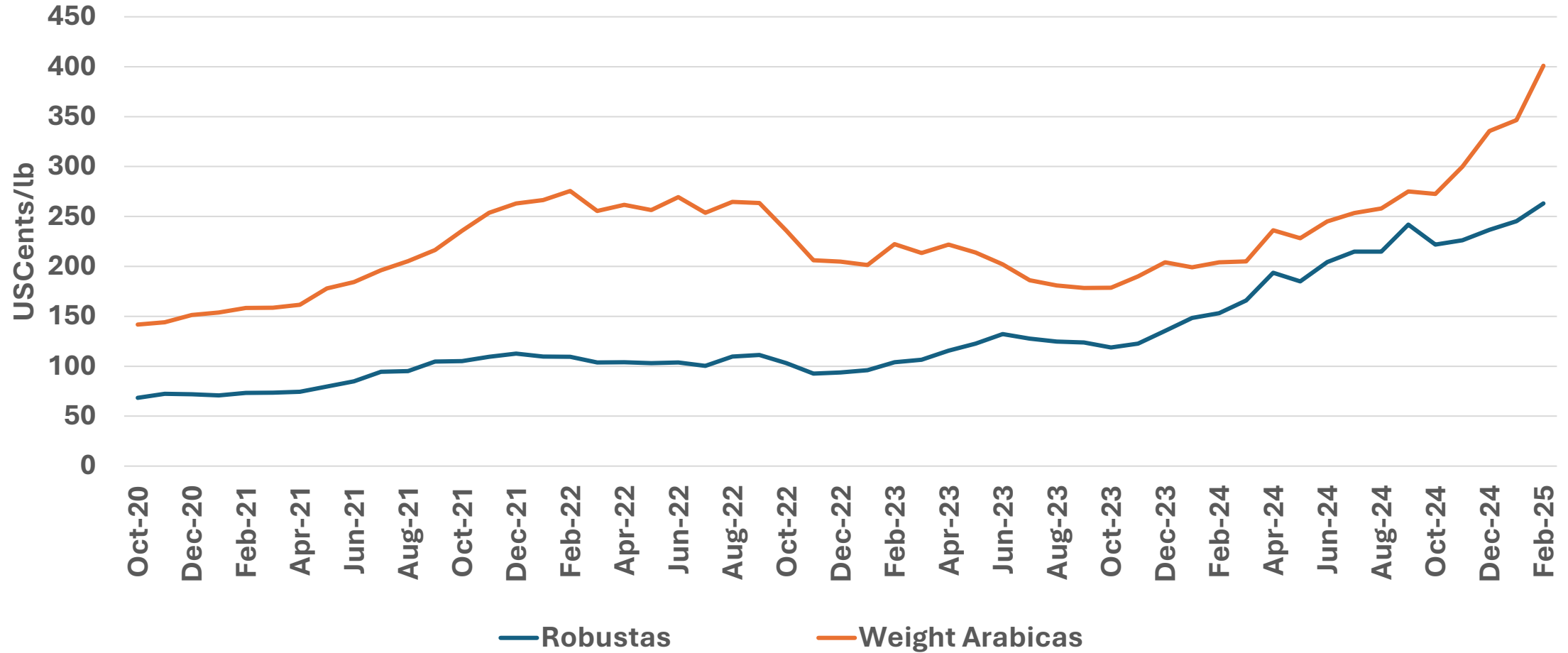
Item 7.1: Execution of the Programme of Activities to note

COFFEE MARKET TRENDS

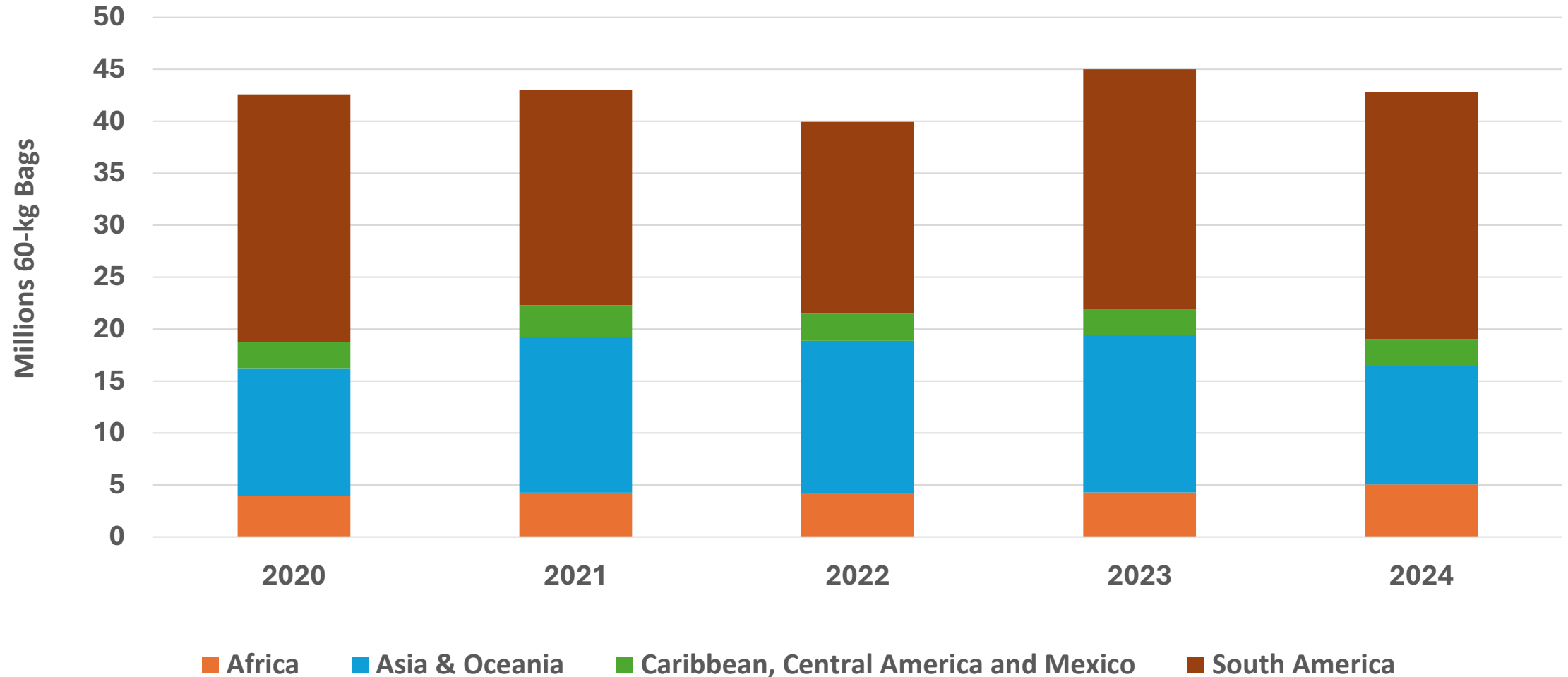


Widening Arabica/Robusta Differentials

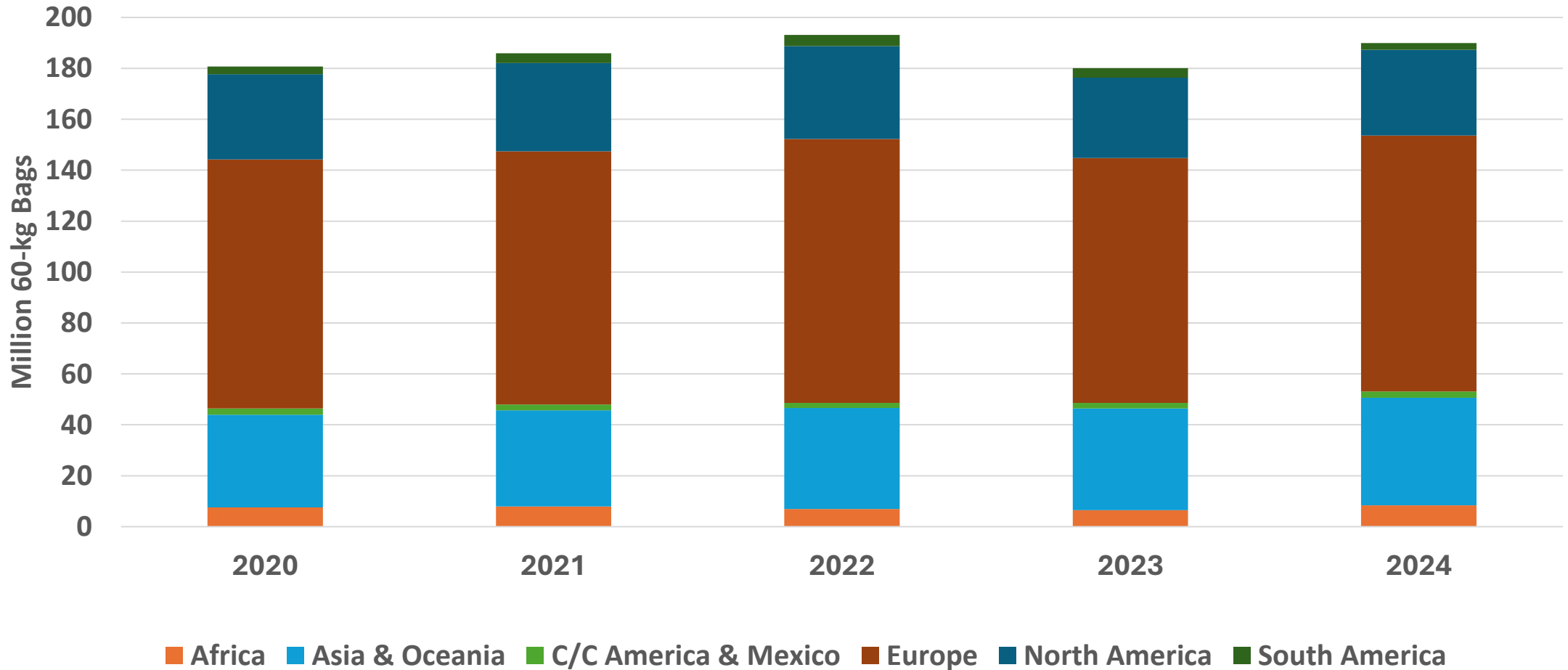
Robustas and Arabicas Indicators



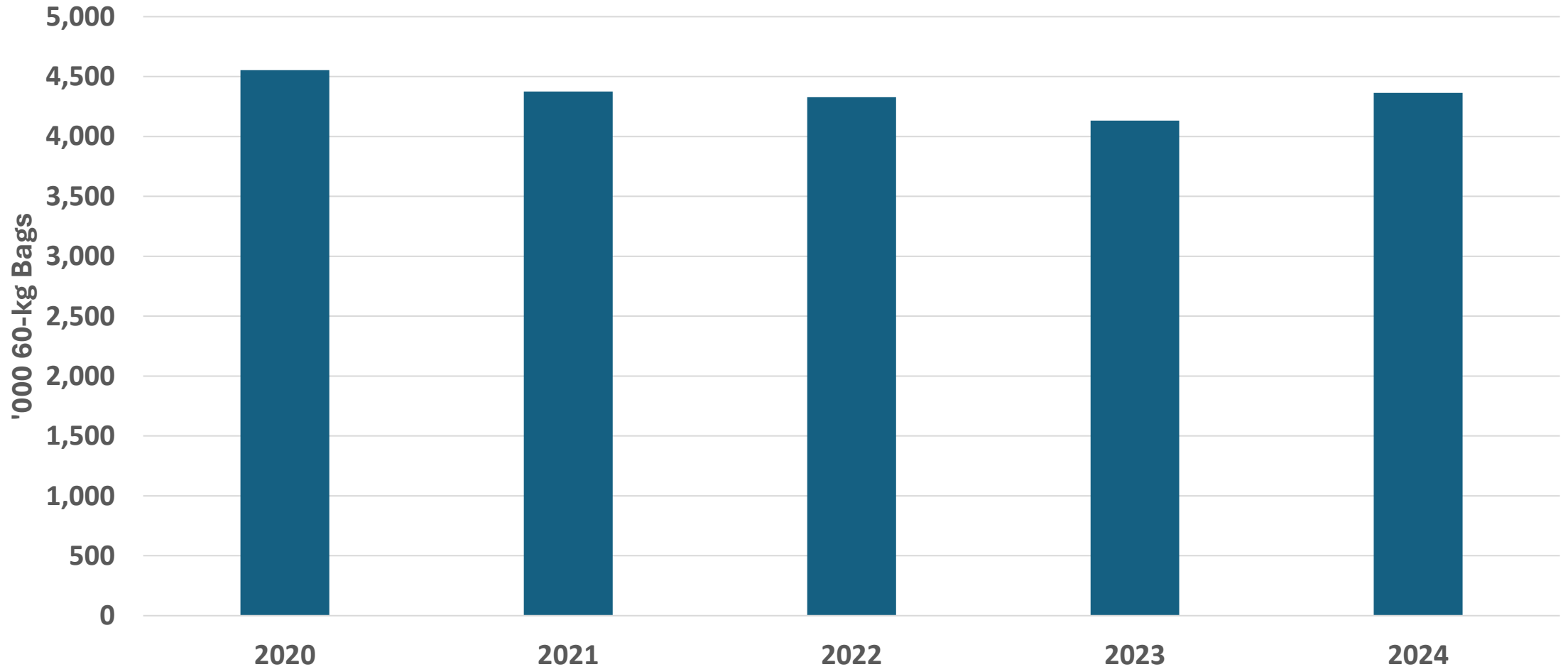
Exports of All Forms of Coffee by Regions – Coffee year-to-date to January




Imports of All Forms of Coffee by Regions – Calendar Year 2024



Imports of Decaffeinated Green and Roasted Beans – Calendar Year 2024



A close-up photograph of a coffee tree branch heavily laden with bright red coffee cherries. The leaves are green and show some signs of wear, with small holes and discolorations. The background is a soft-focus green, suggesting a healthy coffee plantation.

Execution of the PoA 2024-25

Interim Report - Oct 2024 - March 2025



INTERNATIONAL
COFFEE
ORGANIZATION

PROGRAMME OF ACTIVITIES – Interim report (Oct 24 – Mar 25)

Planned Result I.A: Enhanced market transparency through collection, processing, validation, analyses and delivery of high-quality data and statistics
Planned Result I.B: Positioning of the ICO as the world’s most respected coffee statistical authority, enhanced and recognized through the elaboration and dissemination of relevant statistical data and economic analysis related to the global coffee sector and the global economy

DELIVERABLES BY CATEGORY AND SUBCATEGORY	PROGRESS	REMARKS
I.A.1 Providing statistical services for meetings (Member states, ICC, ad-hoc meetings, etc.)	1 ICC, 1 JC, 1 FAC	
I.A.2 Strengthening ICO Members’ statistical function and focal points and engaging with Members, subscribers, international organizations, private sector and data providers	<i>Bilateral meetings with ICO Members India, Brazil, Togo, Costa Rica, Papua New Guinea, Gabon.</i>	REGIONAL CAPACITY BUILDING Asia – 14/05/25, Jakarta (planned), Americas/Sept, Honduras, Africa TBD
I.A.3 Assessment of Members’ compliance with ICO-SCI/E-ICO-SCI/I Indicators		For ICC/September
I.A.5/6/7 Providing support related to statistics and data to ICO Members, technical material and briefing/inputs....	Continued	
I.B.1/2 Maintenance/upgrading of the ICO World Coffee Statistics Database and other ICO tools	Continued	
I.B.3 Promotion of ICO statistics/ mobilization of additional subscribers and resources	Continued	
I.B.4 Mandatory statistics development and publication (subscription/access to external databases/sources)	5 Coffee Market Reports, 5 Monthly Trade Statistics, 5 Trade texts, 5 Monthly Factsheet 2 Quarterly Statistical Bulletin	
I.B.5 Drafting, editing and publishing the Coffee Development Report 2024/25		Awaiting new Chief Economist
I.B.6/7/9 Conducting, upon request, economic research, monitoring and assessing new regulations, standards, articles, presentations, interviews	Continued	2 articles for GCR, various interviews int’l magazines....
I.B.8 Preparation of ICA mandatory studies (MLA, Obstacles, etc.)		For ICC/September (tentative)

PROGRAMME OF ACTIVITIES – Interim report (Oct 24 – Mar 25)

Planned Result II.A: Strengthening ICO engagement with Members and other external stakeholders by providing a multi-sectorial leadership forum for dialogue and knowledge exchange on issues impacting the coffee sector

DELIVERABLES BY CATEGORY AND SUBCATEGORY	PROGRESS	REMARKS
II.A.1 Providing operational and technical services for meetings (Member states, ICC, ad-hoc expert group meetings, etc.)	139 th ICC, 62 nd FAC, 2 nd JC, 2 CPPTF meetings	Planned: 140 th ICC, FAC, JC, CPPTF/WGEF/PSCB/CGLF
II.A.2 Briefing members and facilitation of ICA signature/ratification	Continued	
II.A.3/4 Consultations and advocacy to increase the engagement of ICO Members, private sector/other stakeholders in CPPTF, managing CPPTF	Continued	
II.A.5 Mobilization of funds, engaging IGOs, IFIs and NGOs....	Continued	GIZ/BMZ, EU, Italy confirmed support
II.A.7 Implementation of signed MoUs, and new MoUs/cooperation agreements	Renewed MoU with AFCA	Renewed MoU FAO @ICC Sept
II.A.8 External and media relations and communication, Outreach programmes, special events and information materials	Continued	ICO website: 0.6 million visits +18%. Social media campaigns (circular economy, women in coffee)

PROGRAMME OF ACTIVITIES – Interim report (Oct 24 – Mar 25)

Planned Result III.A: Identification, development and fund mobilization of technical assistance and investment projects for exporting countries Planned Results III.B Enhancing the promotion of coffee consumption by strengthening cooperation with the private sector

DELIVERABLES BY CATEGORY AND SUBCATEGORY	PROGRESS	REMARKS
III.A.2 Technical cooperation projects preparation and fund mobilization / CPPTF budget	LIP ongoing (CPPTF)	Other under development
III.A.3/4/5 Advocacy for the promotion of cooperation with bilateral, regional & multilateral development agencies and donors with a focus on regulatory framework and sustainability and resilience of the coffee sector and for partnerships	Continued	CPPTF -private sector contributed to the TF budget
III.A.6 Maintenance and promotion of the ICO tools (Gender Tracker, Sustainability Map, etc.) & EUDR Compliance & Monitoring toolkit	Sustainability mapping tool revamped	
III.A.7 Supporting the operation and promotion of the Centre for Circular Economy for Coffee (C4CEC)	Inputs for new projects (ASEAN) Promotion	1-2 C4CEC board meetings
III.B.2 Helping Members launch campaigns and organize coffee promotion events and activities in the UK and abroad	Peru (December 2024)	Planned: Italy, Vietnam
III.B.3 Conceptualization and implementation of the International Coffee Day and support for ICO Members and stakeholders	ICD 2024 successful/ provided promotion material	Planning ICD2025 and UN recognition
III.B.4 Maintenance and promotion of the ICO Market Development Toolkit		
III.B.5/6/7/8 Consultations and advice in support of the monitoring and implementation of regional domestic consumption programmes, Outreach programmes, special events, digital platforms, communication social media	Continued	Event @AFCA

ICO's OBSERVER STATUS in the UNGA



JUNE 2024

Brazilian Representation to UN in New York presents a request for granting of observer status to UNSG

OCTOBER 2024

6th Committee (Legal) adopts a draft resolution on Observer status for the ICO in the General Assembly by Angola, Brazil, Colombia, Germany, Honduras, India, Indonesia, Italy, Peru, Switzerland, United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and Viet Nam; and co-sponsored by Bolivia, Hungary Luxembourg, Malaysia, Mexico, Papua New Guinea, the Russian Federation, and Timor-Leste.

DECEMBER 2024

79TH Session of UNGA adopts the resolution granting observer status for the ICO in the UNGA.

United Nations

A/RES/79/131



General Assembly

Distr.: General
12 December 2024

Seventy-ninth session

Agenda item 179

Observer status for the International Coffee Organization
in the General Assembly

Resolution adopted by the General Assembly on 4 December 2024

[on the report of the Sixth Committee (A/79/490, para. 7)]

79/131. Observer status for the International Coffee Organization in the General Assembly

The General Assembly,

Wishing to promote cooperation between the United Nations and the International Coffee Organization,

1. *Decides to invite the International Coffee Organization to participate in the sessions and the work of the General Assembly in the capacity of observer;*
2. *Requests the Secretary-General to take the action necessary to implement the present resolution.*

47th plenary meeting
4 December 2024

ICD – FAO/UN RECOGNITION



AUGUST 2024

Brazilian Representation to the FAO submits draft resolution for the celebration of the ICD

SEPTEMBER 2024

FAO Committee on Commodity Problems endorses the draft resolution, with the support of the GRULAC and the co-sponsorship of Brazil and India.

DECEMBER 2024

FAO Council endorses the proposal to observe and ICD on 1 October and approved a draft resolution to be submitted to the FAO Conference

NEXT STEPS

→ **28 JUNE – 4 JULY 2025** – 44th FAO Conference to meet and consider the approval of the draft resolution.

→ Once approved by FAO Conference, the resolution will be presented at the UNGA.

CL 176/REP

E1

Appendix E

Draft Resolution for the Conference

International Coffee Day

THE CONFERENCE,

Noting that coffee represents the main livelihood source for millions of households and represents an important source of revenue for many low-income countries;

Noting that coffee production and processing contribute to the fight against hunger (SDG 2), the reduction of extreme poverty (SDG 1) and the empowerment of women (SDG 5);

Recognizing that coffee provides economic benefits at each step of the global value chain and greatly contributes to the economies of both exporting and importing countries;

Recalling the urgent need to raise public awareness of the importance of coffee for sustainable livelihoods and to improve the coffee value chain to contribute to the 2030 Agenda for Sustainable Development;

Recalling that the coffee sector faces challenges that need to be addressed to ensure the sustainable development of the sector to the benefit of all stakeholders, from growers to consumers;

Emphasizing the need to promote sustainable agricultural practices that include climate adaptation strategies, reinforcing the role of coffee production as net contributor to carbon sequestration;

Affirming that technology, innovation, timely and scientific-based data, effective governance and strengthened human capital and institutions, can improve the coffee sector efficiency, inclusiveness, and resilience;

Emphasizing the relevance of promoting transparency and traceability for sustainable coffee production, improving information flow, and addressing income disparities among stakeholders, while meeting a growing quantitative demand and greater interest to quality and origin;

Emphasizing the need to promote coffee consumption and fair distribution of revenue along the value chain, aiming at supporting the livelihoods of its various participants, especially smallholder farmers;

Trusting that such a celebration would foster collective actions to implement activities in favour of the sustainable production and consumption of coffee and raise awareness of its importance in fighting hunger, malnutrition and poverty;

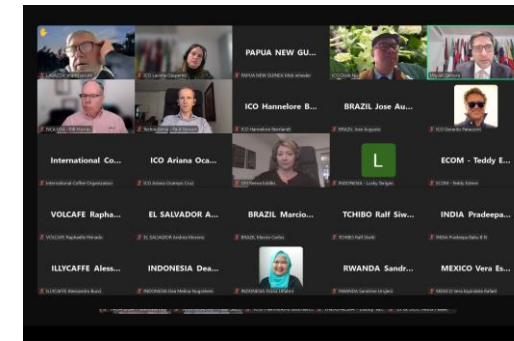
Emphasizing that the costs of activities related to the observance of the International Coffee Day will be covered by voluntary contributions;

Requests the Director-General to present this Resolution to the President of the General Assembly of the United Nations (UNGA) and the President of the United Nations Economic and Social Council (ECOSOC) for informational purposes;

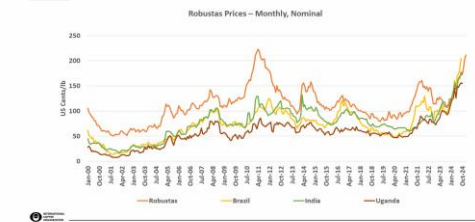
Encourages FAO Member Nations to take the requisite steps to ensure the consideration of the Resolution to observe 1 October as International Coffee Day at forthcoming sessions of the UNGA, as appropriate.

Outputs - CPPTF/TWs – Interim Results

- **Sherpa Meetings in January and March**
 - *Discussions on living & prosperous income:*
 - *From measurement to strategies to close the gap in Rwanda and Mexico*
 - *Presentation on transmission of increased prices to farm gate price*
 - *Reports on progress from TWs*
 - *Potential role of the CPPTF on climate change*
- **Input from Members & CPPTF Members**
 - *Survey online (EUDR)*
 - *Direct interviews with Members (Climate change)*
- **Mission to Germany (GIZ/BMZ)**



Follow the trend - Robustas?



EUDR FOLLOW-UP SURVEY



The Executive Director kindly requests that ICO Members and observers complete a follow-up survey on EUDR preparedness by **20 October 2024**.

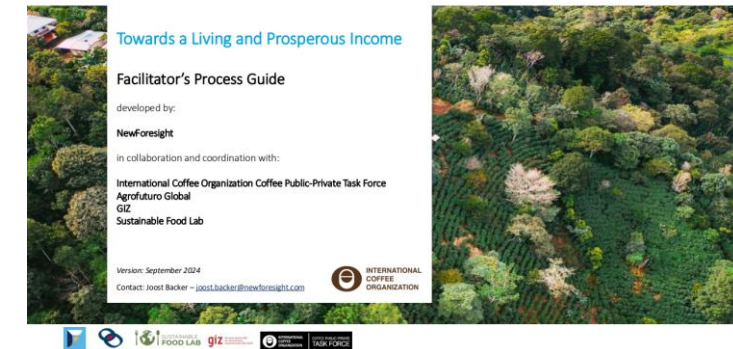
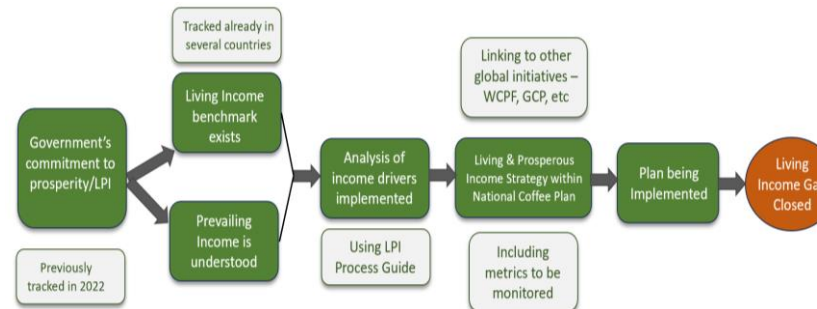


Progress on Living & Prosperous Income work

- Agreement on 2025 plan
- Development of approach to monitor and report progress
- Facilitators guide for LPI approach
- Panel on LPI at AFCA Conference in Tanzania

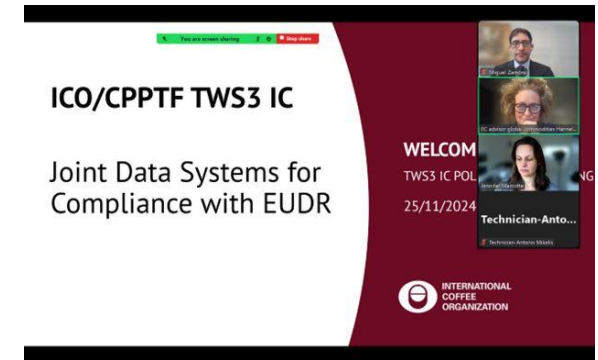


2025	2026	2027	2029	2030
<ul style="list-style-type: none"> Focus on two countries to develop national LPI strategies – Assess national status in LPI process for 21 countries (using M&E approach) Train interested countries using LPI Process Guide Measure progress + support 5+2 countries <p>Deliverables:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Dashboard with status for 21 countries ✓ 7 countries with measurable progress 	<ul style="list-style-type: none"> Support development of national plans to close the living income gaps Support fundraising and implementation of initiatives to close the living income gaps <p>Deliverable:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 21 national LPI strategies 	<ul style="list-style-type: none"> Support fundraising and implementation of initiatives to close the living income gaps <p>Deliverable:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 21 countries with measurable progress closing the living income gap 		



Supporting Members to navigate policy environment

- Monitoring, analyzing and learning on data systems for EUDR
- Dialogue with the Competent & Control Authorities of the EU Member States on EUDR
- Collection of remaining questions on EUDR implementation
- Exploration of Process on risk assessment for legal requirements of the EUDR
- Exploration on linking ICO Certificate of Origin with databases of unique georeferences of coffee plots



Agenda of I.C.O. /Global Coffee Public Private Taskforce (CPPTF) - Meeting with Competent and Control Authorities of the EU Member States -
Responsible for the enforcement of the EUDR

CPPTF - TECHNICAL WORKING STREAM 3: Policies and Institutions of Coffee Importing Countries

Participation is free. You can forward the meeting link to your network and especially to stakeholders from coffee Producing Countries. All participants will have observer status, except the indicated speakers and Competent & Control Authorities of the EU. Thank you for your support.

Virtual meeting, simultaneous translation EN<->ES - EN<->FR - EN<->PORT: Please feel free to speak and listen in the language most convenient to you.

Date and Time: October 15th 2024, 14.00h – 17.00h CET

Sustainability **UNPLUGGED** LIVE
Make Sustainability Happen

At the African Fine Coffees Association Conference 2025 in Dar es Salaam Tanzania

EUDR Ready or Not?

Empowering Collaboration for EUDR Compliance & Sustainability
Part 1: Updates on EUDR

This session aims to provide responsibilities, latest updates and trends in current implementation.
...is this it?

Friday 28th February
11:15-17:00

Hannelore Beerlandt
Incoming Head of Operations
International Coffee Organization (ICO)

INTERNATIONAL COFFEE DAY 2024 - Results



77

ENGAGED COUNTRIES

2.7_M

USERS REACHED THROUGH SOCIAL MEDIA CHANNELS

8.1_K

VISITORS ON Internationalcoffeeday.org ONLY ON 1ST OCT

COFFEE
your daily ritual

OUR SHARED JOURNEY



ENGAGEMENT & ADVOCACY - social media (interim results)



↑ **104%**
people reached

↑ **539%**
interactions

↑ **+665**
new followers



↑ **93.297**
impressions

↑ **172%**
comments

↑ **3.3k**
visitors

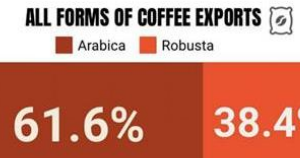
Monthly Coffee Factsheet | Feb 2025

EXPORTS
TOTAL COFFEE
10.8
million bags
Jan'25

ALL FORMS OF
ARABICA
-2.5%
compared to
Jan'24

ALL FORMS OF
ROBUSTA
-26.4%
compared to
Jan'24

TOTAL
EXPORTED
42.8
million bags (60-kg)
Jan'25

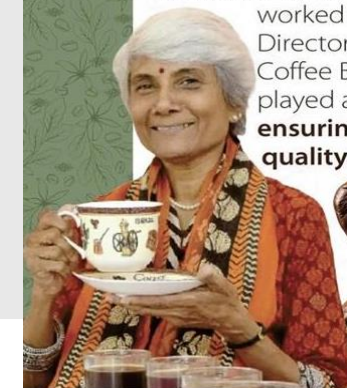


Dive deeper into

Sunalini Menon

(Expert and Consultant - India)

Sunalini is India's "First Lady of Coffee". She rose to fame as **the first female professional coffee cupper in India**, breaking through barriers and setting an example for other women in the field. From 1975 to 1995, she worked in the prestigious role of Director of Quality Control for the Coffee Board of India, where she played an important part in **ensuring excellence in coffee quality.**



ICO website analytics

(Oct 24 - Mar 25)



Website: 600k views, with Public Market Information, Documents Library and WCSD being most visited sections

I-CIP: 45k views and **25k** downloads

CMRs: 11k views and **8k** downloads (average)

ENGAGEMENT & ADVOCACY – ED’s Missions (Oct 24 – Mar 25)

2-3/10/24
15th SCTA Dinner
Basel
SWITZERLAND



14-15/10/24
UNCTAD Expert Meeting on Commodities and Development
Geneva
SWITZERLAND



7-8/10/24
ICD Celebrations @Brazilian Embassy
Rome
ITALY



16-18/10/2024
Nagoya Protocol workshop + International Coffee Convention
Mannheim
GERMANY



ENGAGEMENT & ADVOCACY – ED's Missions



22-24/10/24
G7 Development Ministers' meeting
Pescara
ITALY



ENGAGEMENT & ADVOCACY – ED's Missions

11-14/11/24
9th Ernesto Illy International Coffee Award + Event @UN HQ

New York

USA



27-29/11/24
Coffee Connect

Varginha

BRAZIL



ENGAGEMENT & ADVOCACY – ED's Missions



2-10/12/24
AL INVEST Verde mission with EU Competent Authorities
Belém/Pará + Espírito Santo, BRAZIL

ENGAGEMENT & ADVOCACY – ED's Missions

10-11/02/25
Meetings
with GIZ and
BMZ + GCP

Bonn

GERMANY



6-7/03/25
NCA annual
convention

Houston

USA



25-28/02/25
African Fine
Coffees
Association
(AFCA)
Conference

Dar es
Salaam

TANZANIA



ENGAGEMENT & ADVOCACY – ED’s Missions



9-13/03/25
9th Buôn Ma Thuột Coffee Festival + institutional meetings
Buôn Ma Thuột + Hanoi - VIET NAM



ENGAGEMENT & ADVOCACY – ED's Missions



16-22/03/25
ICC prep mission + CAFEXPO - Tegucigalpa + San Pedro Sula - HONDURAS

